



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Orçamento e Finanças Públicas		
Reunião: 36ª Ordinária	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Data: 18/10/23		
Horário de início: 13h5min		Horário de encerramento: 14h43min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Cleiton Xavier, que registrou a presença remota dos vereadores Juninho Los Hermanos e José Ferreira, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária, realizada em 11/10/23.

O presidente inverteu a ORDEM DOS TRABALHOS, passando-se à apreciação do seguinte item:

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão do recebimento de ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.312/23.

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Finalidade: discutir o Projeto de Lei da Revisão do Plano Plurianual 2022-2025 e o Projeto de Lei do Orçamento Anual 2024 nas seguintes áreas de resultado: Sustentabilidade Ambiental, Habitação e Urbanização, Mobilidade Urbana, Segurança



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão nº: 2.447/23
Autoria: vereador Cleiton Xavier

O presidente informou que a Audiência Pública, realizada no dia 16/10/23, teve problemas técnicos e que, se possível, nesta reunião, daria continuidade à discussão sobre as áreas de resultado previstas para a referida audiência.

O vereador José Ferreira assumiu a presidência.

Registrou a presença remota da vereadora Marilda Portela.

Registrou a presença do 1) subsecretário municipal de Planejamento e Orçamento, Bruno Passeli, que compôs, remotamente, a mesa.

Bruno Passeli apresentou, por meio de eslaides, planilhas contendo, de forma resumida, as receitas, por tipo e totais, e as despesas, por função de governo e totais, previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA - 2024 e na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para 2024 e 2025, comparadas com o exercício de 2023, além dos projetos e metas físicas nas áreas de resultado especificadas. Observou que o orçamento de 2024 prevê uma receita de cerca de R\$19,6 bilhões, a serem empregados nas diferentes áreas, num crescimento de quase 15% em relação à receita de 2023. Ressaltou que o aumento das despesas, no entanto, aponta um déficit financeiro ao final do exercício e que, para 2025, a receita estimada é de R\$20,7 bilhões. Em relação às metas e aos resultados previstos, informou que, para a área de Habitação e Urbanização, destacam-se a produção e entrega de 976 unidades habitacionais e bolsa-moradia para mil famílias removidas de áreas de risco até 2025, obras do Vila Viva e do Orçamento Participativo - OP - e regularização fundiária. Disse que a área de Mobilidade Urbana inclui intervenções estruturantes do sistema viário no Complexo da Lagoinha



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e da Avenida Cristiano Machado, manutenção de vias, implantação de faixas exclusivas e preferenciais para ônibus, melhoria de condições para travessia de pedestres e tratamento de segurança em entornos de escolas. Apontou que as metas e resultados previstos na área de Segurança contemplam qualificação e capacitação profissional de guardas municipais, patrulhamentos preventivos, operações especiais, prevenção de crimes ambientais, criminalidade juvenil e violência contra mulheres em extrema vulnerabilidade social. Destacou que a Sustentabilidade Ambiental inclui a recuperação de áreas de encostas, atendimentos veterinários para a comunidade de baixa renda, manutenção e recuperação de parques e centros de vivência agroecológica - Cevae - a cada ano e informatização de necrópoles. Declarou que, no tocante à Limpeza Urbana e Saneamento, está prevista, a cada ano, a varrição de 548 mil quilômetros de sarjetas, recolhimento médio de 8 mil toneladas de materiais recicláveis pela Coleta Seletiva porta a porta - 63 bairros até o final de 2025 - e ponto a ponto - 155 locais de entrega voluntária instalados no período, limpeza urbana em vilas e favelas - até 218 quilômetros de vias atendidas em 2024 e 223 quilômetros em 2025, otimização do sistema de macrodrenagem dos córregos Vilarinho, Nado e Ribeirão Isidoro, tratamento de fundo de vale dos córregos Olaria e Jato e bacias dos córregos Pampulha e Onça. Registrou que as tabelas e planilhas estão disponíveis no *site* da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - e que todos os órgãos desta estão presentes e à disposição para sanar possíveis dúvidas.

O presidente registrou a presença remota da 2) presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social - Cmas, Jandira Cristina Silva, que compôs a mesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em resposta ao presidente, Bruno Passeli afirmou que, para 2024, não há previsão de queda na receita.

O vereador Cleiton Xavier assumiu a presidência.

Registrou a presença remota da vereadora Marcela Trópia, que não integra a comissão, e de demais convidados participantes.

Registrou a presença remota do 3) diretor-presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Claudius Vinícius, que compôs mesa.

Claudius Vinícius, referindo-se à política habitacional, explicou que o valor destinado inclui não apenas a produção de unidades, mas também obras de infraestrutura, que a maioria das 976 moradias será destinada ao reassentamento e que o número não inclui unidades do Programa Minha Casa Minha Vida, que aguardam aprovação do governo federal e da Caixa Econômica Federal - CEF. Ressaltou que o repasse da União seria de R\$170 mil por unidade e que a complementação de R\$30 mil a R\$35 mil pelo Município seria viabilizada pelo empréstimo que aguarda aprovação desta Casa. Afirmou que a PBH dispõe de 28 terrenos em Áreas de Especial Interesse Social - Aeis - para implantação dessas políticas, além da área do Aeroporto Carlos Prates.

Jandira Cristina Silva cobrou mais investimentos na Habitação e na Assistência Social. Lamentou a destinação de 2% do orçamento para a Assistência Social, porta de entrada de todas as demandas, e cobrou o estabelecimento em lei de uma porcentagem mínima, impedindo os cortes e remanejamentos de recursos que frequentemente recaem sobre o setor. Observou que a Saúde tem previsão de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

um mínimo do orçamento a ser gasto, enquanto a Assistência Social não. Solicitou ao presidente que elabore um projeto de lei que garanta esse mínimo.

O presidente registrou a presença remota da 4) diretora de Planejamento da Urbel, Cristina Magalhães, que compôs a mesa.

Cristina Magalhães destacou que está em andamento articulação no sentido de viabilizar a locação social. Afirmou que já há edital publicado nesse sentido.

O presidente registrou a presença remota do 5) secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, André Reis, que compôs a mesa.

André Reis comentou sobre os recursos constitucionais da Saúde, afirmando não haver sobra de recursos. Disse que a ampliação de recursos para a Assistência Social depende da retirada de alguma área.

O presidente manifestou preocupação com o desequilíbrio das contas, noticiado em jornais da cidade. Questionou que, se o Município tem perspectivas de operar no vermelho, como teria saúde financeira para buscar empréstimos.

André Reis apontou que o empréstimo não é condicionante para a saúde financeira, mas sim para a execução de obras importantes, já que as receitas vinculadas e obrigatórias consomem quase todo o orçamento. Afirmou que o déficit não impede a operação de crédito, recurso largamente utilizado pelos governos estaduais e federal, pois os indicadores da capacidade de pagamento são reconhecidos pelos Tribunais de Contas. Em relação ao déficit, citou a inflação e a correção da folha de pagamento de pessoal como principais fatores.

Em resposta a Jandira Cristina Silva, Claudius Vinícius disse que a destinação de unidades é decidida pelo Conselho Municipal de Habitação - CMH - e defendeu a representatividade no comitê do segmento, com o qual mantém contato



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

constante. Observou que a falta de moradia não é a única causa da permanência de pessoas nas ruas e que não adianta oferecê-la sem que a pessoa esteja apta a pagar contas e assumir deveres.

O presidente registrou a presença do vereador Braulio Lara, que não integra a comissão.

O vereador Braulio Lara cobrou a necessidade de maior atenção da PBH com a população em situação de rua, além de efetividade na articulação entre os setores envolvidos - Saúde, Assistência Social, Habitação, Limpeza Urbana, Fiscalização e Segurança Pública.

A vereadora Marcela Trópia cobrou a ampliação, modernização e maior efetividade da coleta seletiva, além da manutenção e reposição das lixeiras e contêineres da cidade.

O presidente registrou a presença remota do 6) representante da Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, Lucas Gariglio.

Lucas Gariglio informou os esforços, as dificuldades e os andamentos referentes à aquisição de equipamentos e prestação de serviços e ressaltou as limitações orçamentárias, confirmando que, no momento, as ações dependem das emendas parlamentares, como a destinada pelo vereador Gilson Guimarães.

O presidente registrou a presença remota da 7) diretora de Planejamento da SLU, Lidiane Monteiro, que compôs a mesa.

Lidiane Monteiro observou que estão acompanhando os contratos firmados com a SLU e que tem havido dificuldade de triagem.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A vereadora Marcela Trópia convidou todos, em especial a SLU, para participar da Audiência Pública, na próxima semana, sobre a gestão do lixo em Belo Horizonte.

O presidente sugeriu que, para essa audiência, os convidados participassem presencialmente, em especial os membros do Executivo.

Em resposta ao vereador Braulio Lara, sobre a previsão de déficit após os números positivos apresentados na última prestação de contas de 2023, Bruno Passeli esclareceu que o superávit de um ano não pode ser contabilizado na Lei Orçamentária do próximo e que eventuais sobras podem sim ser utilizadas para custear despesas, desde que incluídas posteriormente, via suplementação.

O vereador Braulio Lara perguntou quais são os terrenos que foram ampliados, os 28 terrenos em Aeis.

Cristina Magalhães respondeu que são os mapeados na lei, mas que faria o levantamento deles e encaminharia a essa comissão. Registrou que, das 976 moradias previstas, 408 seriam para reassentamento, originadas por intervenção em Zonas de Especial Interesse Social - Zeis. Disse que, preferencialmente serão dentro de Zeis, mas não obrigatoriamente.

O presidente registrou a presença remota da 8) chefe da Divisão de Planejamento da Urbel, Karla Marques, que compôs a mesa.

Karla Marques complementou a fala de Cristina Magalhães, informando que o total de unidades é de 432.

Em reposta ao vereador Braulio Lara, Cristina Magalhães afirmou que a Urbel fará um chamamento público de empreendedores que se interessam em construir as unidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Braulio Lara perguntou se no terreno do Granja Werneck terá assentamento, ou seja, se haverá habitação popular.

Cristina Magalhães disse achar que não serão incrementadas novas habitações que não sejam para reassentamento, mas que não poderia afirmar.

Claudius Vinícius destacou não ser possível criar reassentamento sem apoio dos governos estaduais e federal. Observou ser preciso desapropriar terrenos que sejam bem posicionados, como o do Aeroporto Carlos Prates.

O vereador Braulio Lara questionou o fechamento de um equipamento econômico tão importante, como o do Aeroporto Carlos Prates, situado em uma área já estrangulada, considerando a possibilidade de construção de moradias em Zeis e ao longo dos principais corredores de transporte público, por meio da verticalização e requalificação de imóveis. Sugeriu também a região do Isidora, onde a destinação de unidades apenas para reassentamento interno “privilegia a ‘máfia das ocupações’ - grupos organizados que invadem áreas públicas para obter vantagens e negociar os espaços”.

Claudius Vinícius observou que 20% da população brasileira vive em 9% do território.

Às 15h5min, o presidente prorrogou a reunião por mais uma hora.

O vereador Braulio Lara lembrou que até janeiro do ano passado não se cogitava a área do Aeroporto Carlos Prates. Afirmou que, na Avenida Antônio Carlos, da Lagoinha até a barragem, há diversas áreas que podem ser utilizadas para habitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Claudius Vinícius declarou não ser possível desapropriar as vilas e favelas para verticalizar. Ressaltou que há falta de terrenos em Belo Horizonte, com boa localização, para construção de moradias populares.

O vereador Braulio Lara disse querer apoiar bons projetos e que cabe ao Legislativo contribuir com novas visões para a construção conjunta de soluções.

O presidente mencionou o descontentamento dos agentes da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte - GCMBH, que reclamam do silêncio e desinteresse da PBH em relação às reivindicações do pagamento das férias-prêmio e a reestruturação dos níveis da carreira. Cobrou a apresentação de um cronograma para o atendimento dessas pautas.

Bruno Passeli informou que, antes de tratar demandas específicas de categorias, a PBH deverá priorizar a negociação dos reajustes para todos os servidores, que aguarda a revisão das estimativas e que deverá ter seguimento antes do fim do ano. Observou que, embora não seja condicionante, uma sinalização positiva desta Casa sobre a aprovação de projeto de lei do Refis poderá melhorar as perspectivas. Concordou em levar a questão ao prefeito Fuad Noman e agendar uma reunião com o vereador Cleiton Xavier para tratar das questões da GCMBH.

André Reis disse que a prioridade é chegar a um número de recomposição geral para todas as carreiras e que, após, avaliarão o limite orçamentário disponível para benefícios de carreiras.

O presidente elogiou o trabalho e a responsabilidade dos agentes da GCMBH. Disse não se tratar de benefício, mas de direito. Ressaltou que a PBH não permite que, por exemplo, o agente goze suas férias-prêmio, sob o argumento de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que não há efetivo suficiente para isso. Então, apontou ele, a PBH tem que apresentar um cronograma para pagamento dessas férias.

O presidente abriu a palavra para as considerações finais.

Jandira Cristina Silva afirmou estar decepcionada, pois pensou que a Urbel apresentaria um projeto para solucionar a questão da Assistência Social e das moradias. Observou que os abrigos estão lotados. Afirmou ser preciso melhorar as políticas sociais. Lembrou que tudo impacta a Assistência Social, que depende das demais pastas.

O vereador Braulio Lara solicitou maior conexão do texto da LOA com ações práticas, projetos concretos e respectivos orçamentos, permitindo que sejam acompanhados e cobrados. Destacou que o orçamento não pode deixar nada pra trás, a menos que seja de forma consciente, justificada e transparente.

Bruno Passeli observou que foi noticiado pela imprensa que a PBH tem um déficit de R\$183 milhões e que cortaria recursos da Assistência Social. Afirmou que isso não ocorrerá. Explicou que a merenda, classificada na função Assistência Social, será, em 2024, classificada na função Educação.

O presidente comunicou que será marcada uma nova Audiência Pública para debater sobre as áreas de resultado - Saúde, Educação, Cultura, Políticas Sociais e Esportes, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Atendimento ao Cidadão, apresentadas na primeira audiência, do dia 16/10/23, e interrompida por problemas técnicos.

O presidente registrou a presença remota da 9) representante do Observatório Social de Belo Horizonte, Leice Garcia, que compôs a mesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Leice Garcia sugeriu a prorrogação do prazo, já bastante apertado para o envio das sugestões populares, que se encerra amanhã, dia 19/10/23.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: ____/____/____
Comunicação de aprovação: ____/____/____
<div style="text-align: center;"> <hr/> Presidenta/Presidente </div>